

KLAPAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.571.773/0001-87

Relatório da administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Klapar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julguem necessário. Porto Alegre, 07 de abril de 2026. **A Administração**

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente			
Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	2025	2024	
Ativo circulante			Patrimônio Líquido			Receitas e Despesas operacionais			Lucro Líq. apurado na demonstr. dos result.		
Caixa e equivalentes de caixa	4	22	31	Capital social	951.286	413.632	5	26.479	90.025	26.397	89.970
Créditos tributários	8	7	38	Reservas de lucros	1.320	502.999		(82)	(53)		
	30	38		Prejuízos acumulados	(33.529)	-		26.397	89.972	(83.844)	185.791
Ativo não circulante			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			Lucro antes do result. financ.			Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)		
Investimento	5	1.324.840	1.375.199	Ajustes de avaliação patrimonial	405.793	458.606		(1)	(2)	3.178	(19.490)
		1.324.840	1.375.199		1.324.870	1.375.237		26.397	89.970		
Total do ativo		1.324.870	1.375.237		1.324.870	1.375.237		8	0,03	5	1

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Reservas de Lucros						
Cap. social subscrito	Legal	Lucros a realizar	Aj. de avaliação patrimonial	Lucros/prej. acumulados	Total do patrim. líq.	
413.632	37.945	399.734	275.979	-	1.127.290	
				89.970	89.970	
				167.259	167.259	
				15.368	15.368	
	4.498	-	-	(4.498)	-	
	-	60.822	-	(60.822)	-	
	-	-	-	(24.650)	(24.650)	
Saldo em 01/01/2024	413.632	42.443	460.555	458.607	1.375.237	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.397	
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(79.361)	(79.361)	
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(79.361)	(79.361)	
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	26.547	26.547	
Constituição de reserva legal	-	1.320	-	(1.320)	-	
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	60.822	-	60.822	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(23.950)	
Saldo em 31/12/2024	413.632	42.443	460.555	458.607	1.375.237	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.397	
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(79.361)	(79.361)	
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(79.361)	(79.361)	
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	26.547	26.547	
Constituição de reserva legal (nota 7)	-	1.320	-	(1.320)	-	
Aumento de capital (nota 7)	537.654	(42.443)	(460.555)	-	(34.656)	
Dividendos distribuídos (nota 7)	-	-	-	-	(23.950)	
Saldo em 31/12/2025	951.286	1.320	-	405.793	(33.529)	1.324.870

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa de ativ. operac.			
Lucro líquido do exercício		26.397	89.970
Ajustes p/reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das ativ. operacionais:			
Resultado da equivalência patrimonial	5	(26.479)	(90.025)
Receitas financeiras		(1)	-
Varição de ativos e passivos			
Outras contas de ativos e passivos		(1)	-
Fluxo de caixa líq. aplic. nas ativ. operac.		(84)	(55)
Fluxo de caixa das ativ. de investim.			
Recebimento de dividendos	7	24.025	24.650
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		24.025	24.650
Fluxo de caixa das ativ. de financiam.			
Pagamento de dividendos		(23.950)	(24.650)
Fluxo de Caixa líq. aplicado ativ. de financ.		(23.950)	(24.650)
Redução do caixa e equiv. de caixa		(9)	(55)
Caixa e equiv. de caixa início do exercício		31	86
Caixa e equiv. de caixa final do exercício		22	31

Valores potenc. não reclassific. p/a demonstração dos result. no futuro
Ganhos atuariais líquidos não realizados
c/plano de pensão de benefício definido (*) 1.300 957
1.300 957

Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos (52.964) 257.229
(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimento em empresas coligadas.

Notas explicativas

Nota 1 - Informações Gerais: A Klapar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As Demonstrações Financeiras da Klapar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 07 de abril de 2026.

Nota 2 - Base de Preparação Das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Riscos de conflitos internacionais: Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente, qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições econômicas e sociais. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira das empresas investidas e, consequentemente, da Companhia.

Reforma tributária: Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem inúmeros aspectos da reforma que requerem regulamentação. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma, em virtude de suas operações ou de coligadas, nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025.

Pilar Dois: O Brasil instituiu o Adicional da CSLL no contexto da adoção das regras do Pilar Dois (GloBE), conforme a Lei nº 15.079/2024, aplicável a partir do ano-calendário de 2025. A Administração avaliou a aplicabilidade das regras do Pilar Dois e concluiu que a Companhia não se enquadra no escopo dessas regras, uma vez que não atende aos critérios para caracterização como Entidade Constituinte, nos termos da regulamentação aplicável. Dessa forma, não há impactos atuais ou esperados nas demonstrações financeiras da Companhia, tampouco foram reconhecidos ou divulgados ativos ou passivos fiscais relacionados a esse tema. A Companhia continuará monitorando eventuais alterações na legislação e interpretações aplicáveis que possam impactar sua avaliação quanto ao escopo do Pilar Dois no futuro.

Novas normas contábeis: As emissões/alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As emissões e alterações de normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são efetivas para o exercício iniciado em 2025, não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e revisou determinados pronunciamentos contábeis cuja adoção é requerida para exercícios iniciados em 2026 ou posteriormente. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos da adoção dessas normas em suas demonstrações financeiras. - Emissão da norma CPC 51 - Apresentação e divulgação

das demonstrações financeiras. Esta nova norma contábil substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma - Alteração das normas CPC 48 e CPC 40 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma. Não há outras normas contábeis CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Nota 3 - Políticas Contábeis Materiais - 3.1 Conversão de saldos em moeda estrangeira - Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

3.2 - Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável.

3.3 - Investimentos: Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

3.4 - Dividendos distribuídos: O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal, portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

3.5 - Imposto de renda e contribuição social: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o lucro real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o imposto de renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição social, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no país.

Conta corrente país

	2025	2024
	22	31

Nota 5 - Investimentos: Os investimentos em coligadas, e sua movimentação, podem ser demonstrados como segue:

	Saldo em 01/01/2024	Resultado da equivalência de avaliação	Ajustes patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2024
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.127.197	90.025	182.626	(24.650)	1.375.198
Açoter Participações Ltda.	1	-	-	-	1
	1.127.198	90.025	182.626	(24.650)	1.375.199
	Saldo em 01/01/2025	Resultado da equivalência de avaliação	Ajustes patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.375.198	26.479	(52.813)	(24.025)	1.324.839
Açoter Participações Ltda.	1	-	-	-	1
	1.375.199	26.479	(52.813)	(24.025)	1.324.840

Companhia está essencialmente relacionado às aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Com o objetivo de mitigar esse risco, a administração adota política de realizar aplicações apenas em instituições financeiras com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar num mercado de commodities, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. A Companhia não possui operações relacionadas a commodities, motivo pelo qual não está exposta de forma relevante ao risco de variação de preços desses produtos. Dessa forma, as oscilações nos mercados internacionais de commodities não impactam diretamente as operações da Companhia.

Nota 6 - Instrumentos Financeiros - a) Considerações gerais: A Companhia, através de suas coligadas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes e outros passivos não circulantes.

b) Fatores de risco: Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas coligadas e outras controladas indiretamente ("empresas"): **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como principalmente aquelas indexadas ao CDI e a outras taxas de referência aplicáveis aos mercados em que atuam. **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando notadamente o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos pelas empresas coligadas. **Risco de crédito:** O risco de crédito da

Companhia está essencialmente relacionado às aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Com o objetivo de mitigar esse risco, a administração adota política de realizar aplicações apenas em instituições financeiras com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar num mercado de commodities, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. A Companhia não possui operações relacionadas a commodities, motivo pelo qual não está exposta de forma relevante ao risco de variação de preços desses produtos. Dessa forma, as oscilações nos mercados internacionais de commodities não impactam diretamente as operações da Companhia.

Nota 7 - Patrimônio Líquido - a) Capital social: Em 31/12/2025 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 951.286 (R\$ 413.632 em 31/12/2024) dividido em 951.286.451 ações (413.632.263 em 31/12/2024) no valor de R\$ 1,00 cada uma. Em Assembleia Geral realizada em 26/12/2025, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia mediante capitalização dos saldos de reservas de lucros apuradas até 31/12/2024, sem ingresso de novos recursos financeiros, nos termos do art. 169 da lei nº 6404/76. O aumento de capital social foi realizado por meio de bonificações de ações, utilizando recursos provenientes das reservas de lucros a realizar e da reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Reserva de lucros a realizar	460.555	460.555
Reserva legal	42.443	42.443
Lucros apurados até 30/09/2025	34.656	34.656
	537.654	537.654

Em decorrência dessa operação, o capital social foi elevado de R\$ 413.632 para R\$ 951.286, mediante a emissão de 537.654.188 novas ações ordinárias, distribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de suas participações na data base estabelecida. A

Nota 8 - Resultado por Ação: Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro com os montantes utilizados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2025	2024
Básico e diluído		
Ações		
(Em milhares, exceto ações e dados por ações)		
Numerador básico		
Lucro alocado disponível para os acionistas	26.397	89.970
Denominador básico		
Média ponderada de ações	951.286.451	413.632.263
Lucro por ação (em R\$)		
- básico e diluído	0,03	0,09

Nota 9 - Evento Subsequente: I) Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerda S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, a criação de um novo programa de recompra de ações de sua emissão, cujo prazo para aquisição se iniciará em 24/02/2026, com prazo máximo de 18 meses, visando à aquisição de até 55.000.000 ações preferenciais, representando aproximadamente 4,4% das ações preferenciais (GGBR4) e/ou de ADRs lastreados em ações preferenciais (GGB) em circulação e até 1.441.120 ações ordinárias, representando aproximadamente 10% das ações ordinárias (GGBR3) em circulação. II) Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerda S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, o cancelamento de 418.800 ações ordinárias (GGBR3) e 7.700.000 ações preferenciais (GGBR4), de sua emissão, sem valor nominal e sem redução do valor do capital social. Em decorrência do cancelamento de ações aprovado, o capital social da controlada Gerda S.A. passou a ser dividido em 717.363.819 ações ordinárias e 1.275.397.330 ações preferenciais, todas sem valor nominal. A respectiva alteração ao art. 4º do Estatuto Social da controlada Gerda S.A., para refletir a nova quantidade de ações, será deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada. A Companhia esclarece que tais deliberações não produzem quaisquer efeitos diretos sobre suas atividades, posição patrimonial e/ou Demonstrações Financeiras.

Nota 10 - Direção e Administração:

Diretor-Presidente: Claudio Johannpeter

Diretor-Superintendente: Cristiano Johannpeter

Contador: Denise Abreu Lanzoni - CRC RS - 93282/O